

# ASPECTOS DA ECONOMIA DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

*Virgínia Maria Trindade Valadares*

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS - BRASIL  
COLTEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BRASIL

A atividade econômica colonial orientava-se "segundo os interesses da burguesia comercial da Europa [...] sendo as colônias instrumento de poder das respectivas metrópoles". A política econômica portuguesa, no Brasil Colônia, tinha como suporte o mercantilismo, que se baseava, diretamente, na força do Estado e, indiretamente, na riqueza da burguesia.

De acordo com a concepção de Jobson Arruda, o sistema colonial "era a peça essencial da política mercantilista, porquanto a posse de colônias permitia o perfeito funcionamento do protecionismo que garantia a prática do monopólio e, por sua vez, mantinha a balança comercial metropolitana favorável".<sup>2</sup> Portanto, a colônia tinha por função exportar seus produtos e importar produtos manufaturados metropolitanos.

A relação mercantil entre Portugal e o Brasil baseava-se no exclusivo comercial. À Colônia, cabia promover a acumulação primitiva de capitais, produzir excedentes, ampliar o mercado interno e liberar lucros para a burguesia mercantil do Reino. Esses "lucros eram de monopólio: a exclusividade da compra dos produtos coloniais garantia os preços mais baixos, certeza de altos lucros na revenda".<sup>3</sup>

Assim, o capital comercial ultrapassou o âmbito da circulação e invadiu a esfera da produção, imprimindo-lhe o caráter mercantil e a inserção no mercado mundial. E, como, segundo Cardoso de Melo, sua função era

**"colonizar para o capitalismo, reinventou o trabalho servil e o trabalho escravo e, no caso da escravidão, assegurou a reprodução das relações sociais, com o tráfico, setor do comércio colonial e mola da acumulação. Em suma, o tipo de desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção são instauradas pelo capital comercial, em seu proveito".<sup>4</sup>**

Havia, portanto, uma subordinação da economia colonial ao domínio do capital mercantil, que, por sua vez, sujeitava a produção na sua forma artesanal e manufatureira, determinando o padrão e os limites da acumu-

lação primitiva e o ritmo das economias coloniais. Nesse momento, porém, não havia associação entre capital comercial e atividade mercantil.

Na segunda metade do século XVIII, no período das reformas pombalinas, a política colonial portuguesa com relação ao Brasil, apesar de manter sua base mercantilista, passou por algumas transformações, em virtude da influência da Ilustração em Portugal. No entender de Jobson Arruda, podia-se chamar a política econômica pombalina de

**"mercantilismo ilustrado português, cuja meta fundamental era a realização de aberturas dentro do sistema colonial mercantilista, com vistas a reduzir o exclusivo metropolitano, estimulando-se a produção na colônia e buscando uma integração mais forte entre o mundo metropolitano e o colonial".<sup>5</sup>**

Assim, a partir de Pombal, buscou-se a integração de mercados, com a criação das Companhias de Comércio, objetivando unir o setor produtivo industrial e agrícola metropolitano ao setor agrícola colonial.

Entretanto, a produção colonial exigia alguns pré-requisitos como "capital, mercado, disponibilidade de terra e trabalho".<sup>6</sup> Embora não haja estudos aprofundados sobre o assunto, sabe-se que os capitais investidos no Brasil do século XVIII eram originários de casas empresariais portuguesas, que tinham filiais estabelecidas na Colônia. Após a crise do século XVII, o mercado mundial atingiu grande expansão no século seguinte, em função do crescimento populacional e do conseqüente aumento do consumo de produtos alimentares, assim como de matérias-primas para a indústria. Esse aumento fez com que a produção colonial se expandisse e participasse do circuito mercantil mundial da época.

Com relação a terras férteis, o Brasil tinha abundância, principalmente de solo massapê, no litoral nordestino, que era apropriado para a plantação de cana-de-açúcar. Além disso, possuía vastas florestas, cuja madeira era utilizada como combustível nas fornalhas dos engenhos açucareiros.

1 NOVAIS, Fernando A. "O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial". In: MOTA, Carlos Guilherme (Coord.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 47.

2 ARRUDA, J. Jobson de Andrade. "A produção econômica". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986. p. 90.

3 Ibidem p. 88.

4 MELO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 37.

5 ARRUDA, op. cit. p. 91.

6 ARRUDA, op. cit. p. 92.

Essa grande disponibilidade de terra poderia levar o colono a tornar-se pequeno proprietário ou, mesmo, posseiro, produzindo para sua própria subsistência. Entretanto, a categoria dos exportadores, necessitando de mão-de-obra, inviabilizou o recurso à força de trabalho assalariada, tendo em vista que a lucratividade se esvairia em salários e a Colônia deixaria de cumprir o seu papel de acumular capital nas mãos da burguesia mercantil. Recorreu, então, ao trabalho compulsório escravo, que não só resolveria essa questão, como também intensificaria o processo de acumulação por meio do tráfico de escravos africanos.

A manifestação do reformismo ilustrado no Brasil colonial inseriu-se na própria crise do sistema colonial. Tal crise, porém, resultou da passagem da acumulação primitiva de capitais, com base na exploração colonial, para o capitalismo industrial sustentado pela maquinofatura, dominante, mais especialmente, na Inglaterra. Nesse contexto, o monopólio e o escravismo constituíam, pois, entraves para o desenvolvimento do capital mundial.

A política portuguesa, defrontando com essa crise, tentou equacioná-la. Nessa tentativa, paradoxalmente, fez com que ela atingisse, mais rapidamente, o seu ápice.<sup>7</sup>

Fernando Novais destaca que, para conseguir aproveitar economicamente os

**"estímulos da exploração de sua grande colônia, Portugal precisava desenvolver-se; mas a exploração da colônia era condição para seu desenvolvimento. Imaginar uma integração era quanto se conseguia propor para superar esse dilema insolúvel. Mesmo assim, para conseguir integrar, tinha de modernizar-se; mas, agora, no nível político interno, isso levava a um novo dilema: mobilizar o pensamento crítico para empreender as reformas e contê-lo para que não revelasse a sua face revolucionária. O ecletismo teórico e o reformismo prático não conseguiam, pois, superar as agudas contradições por onde se manifestava a crise".**<sup>8</sup>

A economia colonial, no século XVIII, caracterizava-se, também, pela diversificação produtiva, baseando-se numa atividade agrícola exportadora, nos extrativismos vegetal e mineral e na pecuária, bem como, num plano secundário, nas manufaturas de ferro e tecidos e, ainda, no setor de subsistência agrícola e pecuária.

No que diz respeito à produção agrícola, a lavoura canavieira ainda era a principal atividade econômica. Espalhada por todo litoral habitado, foi a cana-de-açúcar "a base material essencial para o estabelecimento das

populações européias [...] e a razão do êxito da empresa agrícola intentada pelos portugueses em áreas tropicais".<sup>9</sup>

A grande fábrica açucareira assemelhava-se às manufaturas européias, comandadas pelo capital mercantil, sendo, porém, mantida pela mão-de-obra escrava. Nesse caso, para Celso Furtado, o

**"crescimento significava incorporação de novas terras e aumento das importações, principalmente de escravos. Crise significava redução da capacidade importadora e convergência da mão-de-obra assente no setor exportador para o setor de subsistência. Assim, ampliava-se ou contraía-se, sem se transformar".**<sup>10</sup>

No período colonial, a exportação de açúcar ultrapassou 300 milhões de libras esterlinas, superando as dos demais produtos assim comercializados e, até mesmo, a do ouro, que não alcançou 200 milhões de libras esterlinas.<sup>11</sup> De fato, o açúcar

**"esteve sempre acima do valor do ouro. Mesmo no momento em que o ouro atinge o máximo de sua produção, no ano de 1760, quando chega a 2 milhões e 200 mil libras esterlinas, o açúcar alcança 2 milhões e 400 mil. Desde então, o açúcar baixa os seus rendimentos para o comércio exterior da colônia, atingindo o ponto mais baixo em 1796, quando o valor da sua exportação atinge apenas 1 milhão de esterlinas".**<sup>12</sup>

Na segunda metade do século XVIII, outro produto de exportação, o algodão, emparelhou-se ao açúcar e até o sobrepujou. Embora conhecido, nunca tivera destaque na economia colonial, já que, na Europa, era substituído pelo linho e pela lã.

Após a Revolução Industrial, na Inglaterra, a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, o algodão originário das Índias Ocidentais cedeu lugar, no mercado internacional, ao produto brasileiro, que se tornou, desde então, uma das principais riquezas da América portuguesa. Nesse momento, impôs-se a função exportadora da Colônia como único fator determinante da sua economia.

A produção de algodão atingiu seu ápice no Nordeste, principalmente no Maranhão e em Pernambuco, graças ao clima agreste dessas regiões e à criação, pelo Marquês de Pombal, da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão e da Companhia de Pernambuco e Paraíba. Por intermédio dessas companhias, promovia-se o fornecimento de crédito, escravos e ferramentas aos lavradores, o que fez expandir-se a produção.

7 Valentin Alexandre, em *O sentido do império...*, e Jorge Pedreira, em *Estrutura industrial e mercado colonial; Portugal e Brasil (1780-1783)*, discordam dessa posição, argumentando que a crise do sistema colonial só se tornou realidade no século XIX, com a abertura dos portos, em função da transmigração da família real para o Brasil.

8 NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 301.

9 PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 138. Cláudia Chaves, na sua análise crítica da chamada "historiografia tradicional brasileira" neste século, afirmou que, até a década de 60, a maioria dos trabalhos publicados sobre economia colonial a tratam numa perspectiva conjuntural, dentro de estudos globais da economia brasileira. Assim, ignoram a possibilidade de uma economia endógena. Caio Prado Júnior e Celso Furtado, segundo a autora, priorizam a estrutura macroeconômica, na qual a Colônia compunha um momento de desenvolvimento econômico do Brasil. E, no princípio da década de 70, Fernando Novais usa esse mesmo viés interpretativo. Entretanto, a partir de meados dessa década, a Colônia ganha destaque e passa a ser objeto específico de análise, adquirindo vida

própria. Sem a existência de uma economia nativa, a agroexportação não teria capacidade para se reproduzir. Daí, o suporte econômico ter sido o mercado interno de abastecimento. Nessa linha de pesquisa, destacam-se Ciro Flamarión Cardoso e Jacob Goreneder. Já no final da mesma década e princípio da de 80, as abordagens historiográficas apóiam-se na temática do mercado interno, objetivando demonstrar a forte presença das relações de troca e a sua significação para o desenvolvimento interno da Colônia. Nessa perspectiva, desenvolvem-se os estudos de João L. R. Fragoso, Maria Yedda Linhares, Alcir Lenharo e Kátia M. Q. Mattoso (CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercados das Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1995. p. 13-43).

10 FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1991. p. 75.

11 Dados retirados de SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969. p. 67.

12 ARRUDA, J. Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

Em 1777, já no governo de D. Maria I, as companhias de comércio foram extintas; porém, o Maranhão continuaria, com o algodão, a sua marcha ascendente, visto que o principal impulso já fora dado. Com a produção algodoeira, essa Capitania transformou-se. A vinda dos escravos africanos implicou significativa mudança "na feição étnica da região, até então composta, na sua quase totalidade, salvo a minoria dos colonos brancos, de índios e seus derivados mestiços. O algodão, apesar de branco, tornar-se-á preto o Maranhão".<sup>13</sup>

A tecelagem do algodão,<sup>14</sup> que, praticamente, teve origem na Colônia brasileira, era bastante simples e rudimentar, objetivando atender às necessidades locais. A plantação desse produto era feita com base no latifúndio sustentado pelo trabalho escravo; mas, na sua produção artesanal, a mão-de-obra chegou a ser remunerada, apesar de não-assalariada. A propósito, Jobson Arruda argumenta que a

**"exigência de mão-de-obra crescia muito durante a colheita, o que restringia bastante a capacidade expansiva da produção. A melhoria do produto limitava-se ao descaroçamento e enfardamento, tarefas estas que, geralmente, ficavam por conta do fabricante e não do lavrador".<sup>15</sup>**

O algodão brasileiro esteve em alta no comércio internacional até por volta de 1815, quando a Inglaterra e os Estados Unidos da América se reconciliaram após as lutas de independência, perdendo o Brasil a liderança na exportação desse produto, em função da concorrência norte-americana.

Outro produto básico de exportação originário da América era o tabaco. Embora seu consumo fosse proibido pelo Estado e pela Igreja, no século XVII, seu comércio generalizou-se, chegando, no final do século XVIII, a ser "o quarto produto da grande lavoura colonial e o quinto da pauta de exportação, depois do açúcar, do algodão, dos couros e do arroz".<sup>16</sup>

Seu maior centro produtor e exportador era a Bahia e o produto encontrava mercado internacional seguro na Europa, no Rio da Prata e na África, onde se fazia o escambo por escravos africanos. Não raras vezes, os comerciantes baianos viram-se obrigados a trocar os seus carregamentos de tabaco por tecidos ingleses, franceses e holandeses, para que os negociantes desses países efetuassem esse escambo.

O tabaco era cultivado, também, em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo que nesta Capitania, em 1757, se chegou a proibir a sua produção, para evitar a concorrência com os negociantes baianos. Em Minas Gerais, a Metrópole igualmente proibiu a produção do tabaco, na tentativa de não desviar a mão-de-obra escrava da exploração aurífera, que dava bons dividendos ao Estado português. Porém, independentemente da proibição, o tabaco teve grande produção no sul dessa Capitania.

Apesar de, na sua essência, ter um caráter monocultor e escravista, a produção tabageira exigia pouco capi-

tal para a sua lavoura e seu acabamento, o que permitia a pequenos lavradores dedicarem-se à sua plantação. Tal possibilidade fez com que a produção fumageira se tornasse mais democrática que a açucareira e a algodoeira.

O cultivo do tabaco exigia cuidados durante todo o ano, de acordo com José Roberto Lapa:

**"Utilizavam-se adubos animais, recorrendo-se ao deslocamento constante dos currais do gado, para uso da terra estrumada. Realizavam-se capinas sucessivas, transplante e poda repetidas, cotação de lagartas, corte e secagem provisória ao sol. Seguiu-se o trabalho, excepcionalmente penoso, de torcer e enrolar as cordas de fumo, trabalho este que demorava de 15 a 20 dias e era realizado basicamente por escravos. Os mestres negros comandavam as operações mais importantes".<sup>17</sup>**

Depois de um tratado firmado entre ingleses e portugueses, em 1815, que proibia o tráfico de escravos acima da linha do Equador, a produção tabageira entrou em declínio, pois, com isso, foi excluído o melhor comprador do produto e principal fornecedor de escravos: a Guiné.

Com relação aos produtos de subsistência, Jobson Arruda afirma que seu cultivo "era essencial à própria sobrevivência da colônia e, portanto, condição infra-estrutural à continuidade da produção destinada à exportação".<sup>18</sup>

Na produção de subsistência, levavam-se em conta as diferenças locais e as generalidades do sistema. Na região das Minas Gerais, por causa da corrida do ouro, a lavoura de subsistência desenvolveu-se para atender às suas necessidades de alimentos, bens de consumo e transporte.

Lentamente, os preços desses produtos atingiram um alto valor, servindo de estímulo ao seu cultivo nas regiões limítrofes das jazidas. Formaram-se, então, na Capitania, as fazendas mistas, que conjugavam mais de um setor de produção. Assim, quando, na segunda metade do século XVIII, a mineração entrou em declínio, expandiu-se a economia agrícola, que preservou o caráter urbano da cultura, os níveis de comercialização e o ritmo na arrecadação dos dízimos.<sup>19</sup> A economia mineira não sofreu, portanto, grandes baixas após a queda do ouro, exatamente devido à importância adquirida pelo setor de subsistência, que chegou a atingir 4/5 da população ativa, que se dedicava à sua produção e comercialização.

Dessa forma, nas Minas Gerais, por exemplo, a lavoura de subsistência não foi um mero apêndice da mineração; ao contrário, teve uma identidade própria, chegando, mesmo, a ter seu excedente comercializado internamente.

Em regiões onde não havia um produto básico de exportação, a lavoura de subsistência era desenvolvida em grandes unidades de terras, com mão-de-obra escrava. Esse processo resultava numa produção significativa, que era vendida em outros mercados ou para grandes proprietários. Tal esquema foi denominado, por Ciro Flamarion, de "brecha camponesa na economia escravista", visto que se assemelhava à produção independente do campesinato europeu, embora realizada por escravos.<sup>20</sup>

13 PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 82.

14 A manufatura de algodão será mais detalhada na seção 2.2 deste capítulo.

15 ARRUDA, A produção... p. 103.

16 *Ibidem*. p. 105.

17 LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 150.

18 ARRUDA, op. cit. p. 123.

19 MAXWELL, op. cit. p. 112.

20 Nas Minas Gerais, além da lavoura de subsistência, desenvolveu-se a atividade agropecuária, que também serviu ao mercado interno da Colônia.

21 CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 75: A brecha camponesa no sistema escravista.

Como se vê, a economia de subsistência, nessa época, não pôde ser considerada apenas reflexo dos produtos de exportação, mas também não significou uma caracterização básica da economia colonial. Seu valor foi ancilar, tanto na manutenção da monocultura exportadora como na sua própria mercantilização no mercado interno.

Nos momentos de máximo consumo das unidades produtoras, desenvolviam-se os produtos básicos para alimentação em pequenas propriedades, com trabalho familiar e poucos escravos, caracterizando, segundo Jobson Arruda, um "tipo de unidade produtora de subsistência com níveis de produtividade e especialização determinados pelo grau de desenvolvimento econômico da região em que se encontravam, mais dinâmicas no centro-sul, mais estacionárias no nordeste".<sup>22</sup>

Grande parte dos produtos utilizados na alimentação foi herdada da rudimentar agricultura indígena, assimilando-se, inclusive, o método predatório do plantio que se fazia após a queimada das terras. Destacavam-se, entre outros produtos, a mandioca e os seus derivados (a "farinha-d'água" do norte, a "farinha-de-guerra" dos bandeirantes, a tapioca e o polvilho), o milho, o arroz, o feijão, a batata doce e a abóbora. As frutas nativas, como a laranja e a banana, eram mais consumidas que as verduras.

No que diz respeito à pecuária, esta articulava-se em torno de dois pólos principais: a economia do açúcar e a do ouro. No entanto, a criação de gado, ligada ao engenho açucareiro, que se desenvolveu no norte da Colônia, foi bem distinta da criação do sul, impulsionada pela mineração.

A criação de gado, antes feita à solta, nas fazendas litorâneas, foi deslocada, por determinação do Alvará de 1710, para uma distância de, no mínimo, 10 léguas das terras cultivadas. Assim, foi levada para o sertão, com investimentos mínimos e caráter itinerante. A renda gerada pela pecuária, embora baixa, foi de grande importância na integração econômica da Colônia, visto que o lucro dela resultante se distribuía internamente.

O sistema de criação era extensivo e marcado por baixa densidade demográfica, correspondendo a uma proporção de 250 reses para um vaqueiro. No caso, a mão-de-obra era constituída de homens livres, brancos e caboclos, e pouquíssimos escravos, mais presentes no sul. O vaqueiro não era assalariado, mas tinha o seu trabalho gratificado da seguinte forma: depois de algum tempo de permanência numa fazenda, a cada quatro crias que nasciam, uma lhe pertencia. Com o passar do tempo, portanto, podia até transformar-se em pequeno criador.

A economia mineradora foi um dos fatores que provocou a transferência do gado do sertão nordestino para o sul. Esta região passou, desse modo, a integrar o conjunto econômico do Brasil, com dimensões superiores às criadas pela cana-de-açúcar. Assim, "articulam-se regiões econômicas que viviam num regime de subsistência, elevando a sua rentabilidade e criando áreas especializadas na criação, engorda, distribuição e mercados consumidores específicos".<sup>23</sup>

Com a criação do gado no sul, desenvolveu-se intensa produção da carne de charque, assim como apareceram as feiras de gado, cujo mais importante centro comercial era Sorocaba, em São Paulo. Vendiam-se, tam-

bém, nessas feiras, cavalos e mulas, estas preferidas para a região montanhosa das Minas Gerais. Pela passagem dos animais nos registros, eram cobrados impostos, que constituíam fontes de renda para o Erário Régio. Alguns subprodutos do boi, como o sebo, os chifres, as unhas e, principalmente, o couro, eram exportados, para serem utilizados na indústria de pentes, chapéus, cintos, bolsas e sapatos. Dessa forma, a pecuária tornou-se importante fonte de renda para o mercado interno e externo.

Com base apenas na lavoura, acredita Caio Prado Júnior que

**"a colonização não teria penetrado no interior; e é por isso que, até o século XVII, os portugueses continuavam a 'arranhar o litoral como caranguejos' [...]. Foram a mineração e a pecuária que tornaram possível o avanço; a primeira [...] devido ao valor considerável do ouro e dos diamantes, em pequenos volumes e peso, anulando o problema do transporte. A segunda [...] porque os gados não necessitam de quem os carregue: eles são os que sentem, nas longas marchas, todo o peso de seus corpos".<sup>24</sup>**

A economia extrativa de exportação -ouro e diamantes- apresentou características opostas às da açucareira, apesar de ambas se basearem no trabalho escravo.

Essa economia, com suas características muito específicas, oferecia "possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas [...] e sim metal de aluvião, que se encontrava depositado no fundo dos rios".<sup>25</sup> Portanto, a maioria dos indivíduos que migrou para a região das minas tinha poucas poses e se autofinanciou, na esperança de um rápido enriquecimento.

Enquanto a exploração foi aluvional, não se exigiam muitos recursos e conhecimentos técnicos. Entretanto, quando se tornou necessário entranhar-se no solo, os mineradores mostraram-se incompetentes, por não possuírem nem técnica nem recursos para tal.

Segundo Caio Prado Júnior, as deficiências técnicas dos mineradores eram de responsabilidade da administração pública portuguesa, que manteve a Colônia em completo isolamento, sem nenhum sistema eficiente de educação e com o baixo nível intelectual. A ignorância dos colonos portugueses, o excesso de regulamentação, a ausência de técnicos para introduzir melhoramentos na mineração e o envio de burocratas gananciosos e legisladores que só se interessavam pelo fisco foram, também, fatores que aceleraram a declínio do ouro nas Minas.<sup>26</sup> Além disso, não se acumularam quaisquer recursos para fazer frente a tal decadência e, na concepção do autor, esses recursos eram necessários

**"para restaurar a mineração, reorganizá-la sobre novas bases que a situação impunha. Estes, porém, tinham-se volatilizado, através do oneroso sistema fiscal vigente, no fausto da corte portuguesa e na dispendiosa e ineficiente administração; as migalhas que sobravam desta orgia financeira também se-foram na dissipação imprevidente dos mineradores e na compra de escravos importados da África. A ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nesta sociedade caóti-**

22 ARRUDA, op. cit. 126.

23 ARRUDA, op. cit. p. 112.

24 PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 86.

25 FURTADO, op. cit. p. 74.

26 PRADO JÚNIOR, op. cit. p. 61. Martinho de Melo e Castro, entre outros que fizeram parte da administração pública portuguesa, foi, igualmente, responsável pela ineficiência administrativa nas Minas. Esta questão será melhor tratada nos capítulos III e IV desta dissertação

**ca que se instalava nas minas e cuja constituição não fora condicionada por outro critério que dar quintos a um rei esbanjador e à sua corte de parasitas e, no resto, satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se as mãos para completar o desastre'.<sup>27</sup>**

Além de cuidar da exploração aurífera, ainda no século XVIII, a Coroa portuguesa também se interessou pela extração de diamantes, beneficiando-se dela. Essas pedras preciosas que, antes, provinham da Índia em pequenas quantidades, foram, a partir de 1729, substituídas pelas do Brasil, cuja produção se tornou monopólio português.

Inicialmente, adotava-se para o diamante o mesmo sistema usado para o ouro, isto é, a livre extração com pagamento do quinto. Porém, tornou-se difícil a cobrança desse tributo, uma vez que as pedras eram de tamanho e qualidade diferentes. Até 1771, o "diamante foi extraído sob regime de contratos",<sup>28</sup> num território demarcado, que se chamou Distrito Diamantino.

A partir desse ano, a exploração passou a ser feita diretamente pela Coroa, sob a responsabilidade da Real Fazenda, que organizou uma Junta de Administração Geral dos Diamantes, dirigida por um intendente, com totais poderes sobre o território. O Distrito Diamantino tornou-se, assim, uma região à parte, onde não havia governadores, nem câmaras municipais, nem juizes; nela imperava apenas o intendente, com auxiliares submissos: "A vida de seus habitantes [...] achava-se inteiramente nas mãos daquele pequeno régulo, que punha e dispunha dela a seu talante".<sup>29</sup>

Além do Distrito Diamantino, outras áreas, tais como as dos rios Jequitinhonha (Minas Gerais), Claro e Pilões (Goiás), sudoeste da Bahia e o Alto Paraguai (Mato Grosso), foram, também, isoladas pelo mesmo motivo.

O declínio na extração de diamantes teve causas semelhantes às da queda do ouro, agravadas, porém pela

vulgarização das pedras na Europa, o que levou à consequente queda dos seus preços. A deficiente situação financeira do governo português impediu-o de levar avante medidas restritivas. Por isso, no final do século XVIII, essa extração tornou-se inteiramente decadente, como atividade econômica.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império - Questão nacional e questão colonial na crise do antigo sistema colonial*. Porto: Afrontamento, 1992.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, José Luiz. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Estampa, 1989.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira; a época colonial*. São Paulo: Difel, 1977. tomo 1, v. 2: Metais e pedras preciosas.

MELO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777- 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura industrial e mercado colonial; Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

29 PRADO JÚNIOR. op. cit. p. 63.

27 Ibidem. p. 62.

28 ARRUDA, op. cit. p. 118.